



MORFOLOGIAS E FORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS DA COLONIALIDADE NO BRASIL: NOTAS PARA UMA AGENDA DE PESQUISA

Felipe Nunes Coelho Magalhães¹

Resumo

A colonialidade como chave de interpretação do espaço social brasileiro ganha ainda mais relevância na conjuntura política atual, destacando-se também como um importante modo de ação emancipatória diante do recrudescimento escancarado da violência exercida na reprodução das hegemonias no período. Busca-se contribuir com a discussão em torno desta perspectiva política e teórico-metodológica através da busca por formas e formações da colonialidade (do poder, sobretudo) na produção do espaço e nos territórios, no contexto brasileiro. Anuncia-se um passo inicial de uma agenda de pesquisa através de um panorama geo-histórico das conformações coloniais que persistem, no formato da colonialidade presente, no espaço social contemporâneo.

Palavras-chave: colonialidade, formação socioespacial, presente colonial, geo-história.

Abstract

Coloniality as a key for interpreting Brazilian social space gains even more relevance in the current political conjuncture, being also an important mode of emancipatory action in the face of the open upsurge of violence exerted in the reproduction of hegemonies in this period. The paper seeks to contribute to the discussion on this political and theoretical-methodological perspective through the search for forms and formations of coloniality (of power, above all) in the production of space and in territories, in the Brazilian context. An initial step of a research agenda is announced through a geo-historical panorama of the colonial conformations that persist, in the form of the present coloniality, in contemporary social space.

Keywords: Coloniality, sociospatial formation, colonial present, geohistory.

Introdução

Em 2021, a conjuntura política brasileira nos coloca num ponto privilegiado de observação de uma série de processos socioespaciais que remetem a um passado colonial distante, indicando a profundidade do enraizamento de muitas práticas e subjetivações

¹ Professor adjunto; Departamento de Geografia e Programa de Pós-Graduação em Geografia; IGC/UFMG.



originadas daquele período. Para os observadores pouco atentos a dinâmicas periféricas e/ou subjacentes, estes elementos podem ser vistos como adormecidos em períodos históricos distantes, superados por longas trajetórias subsequentes. No entanto, permanecem não somente ativados e presentes, mas gerando consequências fundamentais aos grupos mais suscetíveis aos seus efeitos. A perseguição aos indígenas, quilombolas e outras populações tradicionais, a licença para matar concedida às forças policiais e o genocídio da população negra, as formas de discurso abertamente violentas aos pobres e/ou mais vulneráveis, o ataque frontal às florestas e à natureza, a tentativa de criminalização das reivindicações pela reforma agrária, a promoção do uso das armas, o assassinato da parlamentar eleita advinda da comunidade majoritariamente negra e pobre etc. A alusão frequente à forma política do fascismo não somente precisa ser completada por uma atualização histórica em relação a suas trajetórias, mas ganha maior poder explicativo e pertinência se acompanhada de um elemento formador da sociedade brasileira, que é justamente o processo colonizador, que consegue persistir para muito além da experiência histórica da colonização expressa numa geografia política formal.

Como ocorre nas trajetórias da esfera psíquica, o passado permanece em cena de muitas formas de modo subterrâneo e invisível. Por vezes os processos de transformação dos sujeitos enterram eventos e elementos diversos no subconsciente, que transmite impulsos sob a forma de sinais, na maioria das vezes não identificados de claramente pela mente consciente, mas determinando comportamentos, ações e pensamentos diversos. Ao longo do tempo e da experiência dos sujeitos, estes elementos vão se transfigurando e ganhando outras formas, por vezes tendo seus efeitos anulados, mas nunca desaparecendo por completo no passado. Quando reprimidos e/ou jogados para “debaixo do tapete”, os elementos advindos da experiência, sobretudo de ordem traumática, tendem a entrar em erupção, gerando efeitos por vezes violentos nos comportamentos dos sujeitos, no longo prazo criando recalques mais consolidados e de resolução mais complexa e demorada. A cura e a transformação na direção da abertura para que o novo possa nascer vem, em primeiro lugar, do devido reconhecimento aberto destes aspectos incrustados. E na escala da sociedade, é imprescindível que este reconhecimento seja seguido de atos de reparação, que não podem ser pontuais em sociedades pós-coloniais, diante da envergadura e da profundidade de suas injustiças históricas acumuladas.

Em termos geográficos mais diretos, a produção do espaço em determinado período histórico envolve sempre permanências, não somente no domínio mais óbvio do ambiente construído e da configuração relações socioespaciais, mas também na produção de



subjetividades e institucionalidades que engendram determinações em escalas diversas no espaço social futuro. É neste sentido, somado à perspectiva metafórica acima, que trabalhamos a seguir com um sequenciamento histórico de *formas socioespaciais da colonialidade*, que vão se metamorfoseando e encontrando suas formas de permanência, muito frequentemente através da mesclagem e da hibridização com novos processos e formas que surgem e ganham proeminência nas trajetórias. Este processo histórico cria inúmeras “dependências da trajetória” cujas consequências socioespaciais são fundamentais, engendrando uma morfologia socioespacial referente à produção do espaço da colonialidade que interliga passado e presente. Apresenta-se neste artigo um panorama geo-histórico das formações socioespaciais e seus elementos constituintes principais, que conformam arquétipos e agenciamentos (que não necessariamente se encaixam em “tipos ideias”) que dão forma e conteúdo às espacialidades da colonialidade no contexto brasileiro. Propõe-se este sobrevoo na geo-história como modo de compartilhamento de uma agenda de pesquisa, a ser continuada, detalhada e aprofundada, coletivamente, em projetos e publicações posteriores.

Colonização e colonialidade

Aníbal Quijano propõe uma chave de leitura voltada para o entendimento das persistências presentes de modalidades neocoloniais de exercício do poder que denomina, como diferenciação da colonização em si, como *colonialidade*. Para aquele autor, o colonialismo é baseado em estrutura racial de diferenciação e hierarquia que permanece em cena no mundo contemporâneo: as relações de exploração em escala internacional são claramente estabelecidas em matrizes raciais. A segunda dimensão é cultural, em que, “não obstante o colonialismo político tenha sido eliminado, a relação entre a cultura europeia, chamada também de ‘ocidental’, e as outras, segue sendo uma relação de dominação colonial” (QUIJANO, 1992, p. 12). Para Quijano, este padrão ocorre internamente às nações, entre hierarquias políticas estabelecidas em eixos raciais e culturais, mas também no plano internacional, em que os dominados, explorados e discriminados são membros das nações racializadas do mundo pós-colonial. Para Quijano, a colonialidade é “ainda o modo mais geral de dominação no mundo hoje, uma vez que o colonialismo como ordem política explícita foi destruído” (p.14).

A produção de subjetividades, através da “colonização do imaginário”, cumpre um papel importante na reprodução destas relações, ao denegrir e desvalorizar o conhecimento, a cultura e as práticas dos povos e etnias subalternizados, vangloriando e estabelecendo como o



único padrão a ser seguido, o conhecimento, a cultura e as práticas europeias. E no âmbito da produção de conhecimento, em que o modo racionalista moderno europeu se estabelece como um modo único e inexorável, escondem-se as relações entre seu desenvolvimento e o processo colonial (a produção de conhecimento central inserida numa lógica relacional condicionada à produção da própria periferia através da colonização). Até mesmo o modo como Lévi-Strauss (1990[1962]), num movimento de valorização e elevação dos conhecimentos indígenas, enxerga esta outra produção de conhecimento sobre o mundo em termos equivalentes aos científicos (europeus, ocidentais), não deixa de centrar uma valoração subjetiva da ciência como norma a ser usada na avaliação de outros modos – numa forma sutil de etnocentrismo, como se afirmando que “os índios também conseguem fazer ciência”.

Na abordagem da colonialidade do poder, a identidade entre modernidade e colonialidade passa pelo evento geo-histórico definidor tanto da era moderna quanto do sistema-mundo centrado no continente europeu: a incorporação do continente americano como um sistema de territórios periféricos (produzidos como periferia em função do processo colonial) destas centralidades europeias emergentes, sendo o grau de fortalecimento do centro diretamente proporcional à sua capacidade de formação de espaços periféricos acoplados. Para aqueles autores, a exploração da América Latina colonial teria sido o combustível primordial da conformação da modernidade em seus impulsos iniciais.

La colonialidad del poder es uno de los elementos constitutivos del patrón global de poder capitalista. Se funda en la imposición de una clasificación racial/étnica de la población del mundo como piedra angular de dicho patrón de poder, y opera en cada uno de los planos, ámbitos y dimensiones, materiales y subjetivas de la existencia cotidiana y a escala social. Se origina y mundializa a partir de América. Con la constitución de América (Latina), en el mismo momento y en el mismo movimiento histórico, el emergente poder capitalista se hace mundial, sus centros hegemónicos se localizan en las zonas situadas sobre el Atlántico – que después se identificarán como Europa –, y como ejes centrales de su nuevo patrón de dominación se establecen también la colonialidad y la modernidad. En otras palabras: con América (Latina) el capitalismo se hace mundial, eurocentrado y la colonialidad y la modernidad se instalan, hasta hoy, como los ejes constitutivos de ese específico patrón de poder (QUIJANO, 2007, p. 93-94).

Notas para uma genealogia das formas espaciais da colonialidade

Exploramos nesta seção uma síntese genealógica, com o simples intuito de destacar a composição progressiva de formações socioespaciais que percorrem a trajetória histórica de longa duração do processo colonial brasileiro, trazendo para o centro da análise a ideia,



adquirida através da colonialidade, de que muitas destas configurações persistem e atravessam períodos de transição e saída do colonialismo *stricto sensu*, criando suas versões contemporâneas. Busca-se aqui uma combinação alternada entre a teorização destas formações com a sequência geo-histórica da formação territorial brasileira.

Esta elaboração aparece no grupo modernidade-colonialidade sob a forma da identidade entre os dois termos, colonialidade e modernidade (Mignolo, 2010), que aponta para a impossibilidade de separação entre processo de modernização e o processo colonial que lhe dá impulso e possibilita sua continuidade, justamente através da constituição de relações centro-periferia, produtos da colonização. Nestes termos, é fundamental esclarecer que o periférico não abarca as sociabilidades que criam a capacidade de permanecerem desconectadas, como as populações indígenas isoladas, que só passam a ser periferia a partir do contato, da conformação da relação – aparecendo aí uma gradação possível de níveis de conexão e inserção na condição periférica. Ou seja, se a colonização diz respeito à formação das relações e do processo combinatório que interliga centros e periferias, espaços não colonizados não são periféricos.

A colonialidade presente se expressa de forma multifacetada, e seu espaço envolve continuidades e rupturas em relação aos padrões construídos na produção do espaço colonial. Este implica a necessidade da *arquitetura da fortificação* que garanta militarmente a presença do colonizador no território, e que torna-se a base a partir da qual outros elementos vão sendo constituídos e lançados ao seu entorno e conformando uma rede de espacialidades interligadas: a igreja, os portos, a empresa extrativa eventualmente dando origem ao engenho, as picadas e caminhos adentrando os territórios. Muitas dessas configurações socioespaciais encaixam-se no conjunto que Milton Santos (1978) identificou como os atributos do espaço no (que então era tratado como o) terceiro mundo.

Estes atributos se relacionam a uma característica central e definidora da própria periferia, sempre resultante de processos de colonização, que é a noção de “espaço derivado”, cuja organização “é função de necessidades exógenas e depende de parâmetros importados, tomados de empréstimo aos sistemas representativos desses interesses distantes” (SANTOS, 1978, p.75). As demais adjetivações destes espaços propostas por Milton Santos são: espaço periférico (as regiões polo do país muito raramente são suas áreas centrais, pois são resultado de uma ocupação voltada para o atendimento de demandas externas), espaço aberto (grandes porções do espaço são desocupadas e desprezadas, criando enormes zonas de fronteira); espaço seletivo e incompletamente organizado (refletindo as características da modernização nas periferias); espaço descontínuo; não-integrado; e instável (em função da instabilidade inerente



ao espaço derivado). Estas características vão ganhando corpo no decorrer da trajetória geohistórica que parte do processo colonial e atravessa fases diversas, e específicas de cada contexto, que vão alterando os formatos de encaixe de cada região com o resto do mundo, e sobretudo com as áreas mais centrais.

As formas espaciais elaboradas por Henri Lefebvre (1974) não se referem ao contexto periférico, ou pós-colonial, mas nos fornecem um potente arcabouço teórico com muitas possíveis convergências com as modalidades de produção do espaço nestes contextos. Lefebvre constrói sua genealogia das formas de produção do espaço a partir de uma densa teorização em torno do movimento que traz o espaço – sua produção, configuração e gestão – como gerador de determinações fundamentais nas dinâmicas sociais, na reprodução de determinada ordem social e política, e sobretudo na “sobrevivência do capitalismo” (LEFEBVRE, 1973). A partir da noção de hegemonia enquanto elemento central na produção do espaço, Lefebvre (1974) chega à ideia de que

o espaço (social) é um produto (social), (...) o espaço produzido de determinada maneira serve como uma ferramenta de pensamento e ação (...), além de ser um meio de produção ele é também um meio de controle, e portanto de dominação/poder, ainda que, enquanto tal, ele escapa parcialmente àqueles que o usariam.

Lefebvre afirma que toda sociedade – e portanto, todo modo de produção – produz um espaço, seu próprio espaço. Sua genealogia espacial (LEFEBVRE, 1974) segue um percurso histórico que parte da história antiga no contexto euroasiático e culmina no espaço da diferença emancipatória, construída diante do chamado espaço abstrato produzido pelo capitalismo de Estado do pós-guerra:

- Espaço absoluto – são espacialidades pontuais que representam o sagrado e o divino, seja na forma de monumentos ou de santuários. Em sociedades tradicionais é frequentemente incluído em elementos da natureza (grutas, picos, rios);
- Espaço histórico – produto da evolução do espaço absoluto com maior conteúdo político e/ou de organizações religiosas, produzindo um ambiente construído (e logo uma centralidade) mais significativo(a).
- Espaço político – trata-se do espaço do núcleo da cidade-estado, e da cidade renascentista como uma cidade política, onde começa a penetrar o mercado e posteriormente a lógica da acumulação, “onde as forças da história acabam com a natureza de uma vez por todas, e sobre suas ruínas estabelece o *espaço da acumulação*”, que passaria a dominar a lógica da própria cidade e (da produção) do espaço.



- Espaço abstrato – a partir do momento em que a atividade produtiva (trabalho) se desliga do processo de reprodução que perpetuava a vida social, “o trabalho se torna presa da abstração, daí o trabalho social abstrato – e o *espaço abstrato*”; trata-se da espacialidade constituída pela gênese do capitalismo industrial. Este espaço (coisificado: representando uma coisificação das relações sociais) se tornaria a principal ferramenta da produção hegemônica do espaço, utilizada tanto pelo urbanismo insensível ao lugar e ao espaço social quanto pela própria produção capitalista do ambiente construído.
- Espaço repressivo – é o autoritarismo político-burocrático que Lefebvre considera central ao próprio Estado moderno (que constitui uma das bases da chamada sociedade burocrática de consumo dirigido); trata-se de uma condição derivada do próprio espaço abstrato produzido pelo Estado capitalista.
- Espaço diferencial – seria um novo tipo de espaço que superasse o espaço abstrato dominante (que carrega consigo as sementes deste novo espaço), resultando da superação da reprodução das relações sociais de produção que estão na base da própria reprodução do espaço abstrato, constituindo novas relações sociais de produção, com uma lógica diferente daquelas do espaço abstrato:

A partir de um ponto vista menos pessimista, podemos demonstrar que o espaço abstrato contém contradições específicas. Estas contradições espaciais derivam em parte das antigas contradições levadas a cabo pelo tempo histórico. Portanto, elas passaram por modificações: algumas se agravaram, algumas se atenuaram. Dentre estas, surgiram novas contradições completamente novas, que podem vir a precipitar a queda do espaço abstrato. A reprodução das relações sociais de produção neste espaço inevitavelmente obedece a duas tendências: a dissolução de velhas relações por um lado e a geração de novas relações por outro. Assim, apesar – ou talvez por causa – de sua negatividade, o espaço abstrato carrega consigo as sementes de um novo tipo de espaço. Chamo este espaço de espaço diferencial, pois, assim como o espaço abstrato tende à homogeneidade, à eliminação de diferenças ou peculiaridades existentes, um novo espaço não pode nascer (ser produzido) a não ser que ele acentue as diferenças. Ele também fará renascer a unidade que o espaço abstrato destruiu nas funções, elementos e momentos da prática social. Ele também irá restaurar a unidade naquilo que o espaço abstrato rompe – às funções, elementos e momentos da prática social (LEFEBVRE, 1974).

Proponho que o espaço diferencial tem uma pertinência em potencial nos modos de pensamento do porvir e das possibilidades emancipatórias relacionadas a uma necessidade de descolonização do espaço, da sociedade e das próprias plataformas políticas, que caminhe na direção de um incremento no grau de diferença como resultado de novas aberturas à descolonização e novas formas de superação da colonialidade (do poder e do espaço social).



Quanto à sequência das categorias lefebvrianas acima, faz-se necessário traduzi-las para o contexto do espaço produzido pela colonização e seus modos estendidos à história do presente – e nisso, curiosamente, a sequência lefebvriana se inverte no seu oposto. O espaço diferencial lefebvriano deve ser colocado como um ponto de partida (que só se transformará em ponto de chegada através de um processo político emancipatório/revolucionário), no espaço da diferença inerentemente produzido pelas sociedades indígenas em suas constelações diferenciais que marcavam as relações sociedade-natureza, as configurações territoriais produzidas, e as relações entre povos, núcleos e troncos linguísticos correspondentes a padrões específicos de conformação de espaços regionais.

O *espaço repressivo* surge com a entrada do aparato militar-religioso colonial, que vai progressivamente engendrando uma configuração que, do ponto de vista indígena, equivale ao *espaço abstrato* delineado acima. Trata-se de uma trajetória de conformação de espacialidades que culmina na subdivisão do território em propriedades, abstrações concretas que produzem a condição oposta ao espaço indígena, do *pertencer à terra* e à natureza, ao invés da terra pertencer (a alguém ou alguma instituição). Este nexos do espaço repressivo abrindo o caminho para o avanço deste outro formato de espaço abstrato é uma dinâmica que ainda está em curso nos territórios de fronteira na Amazônia, no centro-oeste brasileiro e em alguns bolsões nas outras regiões, onde o processo de colonização e tomada de território da natureza e dos povos tradicionais segue seu curso. A hegemonia contemporânea do neoextrativismo (GUDYNAS, 2010, 2015), resultado direto do neoliberalismo, constitui a formatação contemporânea mais acentuada deste nexos.

No entanto, o espaço se politiza com a resistência, que cria um *espaço político* através da prática e da reafirmação do dissenso conflitivo e/ou das tentativas de emancipação via *êxodo* - como em Hardt e Negri (2016[2009]). E do ponto de vista pós/de-colonial, esta resistência afirmativa inicia-se de imediato, a partir do momento da negação, da fuga e do confronto direto conduzidos pelos povos indígenas², passando a incluir posteriormente os grupos negros escravizados, sobretudo através do êxodo emancipatório.

O acúmulo geo-histórico desta dialética entre, de um lado, o expansionismo colonial e o aprofundamento e a consolidação de suas espacialidades, e de outro, a resistência e a politização do processo por parte dos grupos indígenas e negros, vai criando palimpsestos

² Tendo um ponto marcante na Confederação dos Tamoios, o primeiro grande conflito entre indígenas e colonizadores (portugueses e franceses), ocorrido entre 1554 e 1567 em faixas litorâneas dos atuais estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. Para uma perspectiva etnológica, vide Perrone-Moisés e Sztutman (2010).



próprios do espaço colonial, que passa a ser um *espaço histórico* com suas próprias características. E, por fim, o *espaço absoluto* da colonialidade surge nas pontas destas trajetórias históricas que culminam no momento presente, marcado pelo esgarçamento dos tecidos socioespaciais e por uma lógica de precarização estendida à escala continental.

Aprofundando os termos desta inversão da linhagem europeia e retornando ao nexo colonial introduzido acima, inicialmente assentado na arquitetura da fortificação e de suas primeiras derivações, o que permanece de fora deste circuito são elementos naturais e sociais cuja história pré-colonial interligada – profundamente intrincada entre natureza e sociedade – se caracteriza por uma lógica espaço-temporal insular (SAHLINS, 1990[1976]) que lhes protege do sistema-mundo e permite a constituição de trajetórias próprias, resultando em espaços de riquíssima diferença cultural e política. As relações entre os territórios da colonização e estes espaços sociais locais são definidoras da trajetória colonial, marcada pela violência, a destruição e as múltiplas tentativas de se incorporar estes elementos locais a serviço dos objetivos da colonização, com estratégias diversas, que vão das tentativas de escravização direta às táticas de inserção via *cunhadismo* (RIBEIRO, 1995, p.81), na formação de ligações baseadas no parentesco via casamento com mulheres indígenas. Estas relações são intrinsecamente marcadas pela exploração dos territórios (natureza e sociedade), que é o objetivo primário da própria colonização, a obtenção de riquezas através da dominação de terras e da comercialização de seus frutos, obtidos pela constituição de nexos extrativistas, sendo esta extração sempre relacionada ao espaço da combinação entre natureza e sociedade.

Outra condição espacial fundante que permanece enraizada ao longo das trajetórias é a lógica de separação/segregação entre dentro e fora, em que a figura da fortificação, ou do “enclave fortificado”³, se generaliza a partir da necessidade de se controlar e vigiar o que permanece de fora dos espaços estabelecidos pela colonização, vistos como ameaças e ao mesmo tempo o objeto de conquista, exploração e incorporação nos mecanismos extrativistas.

Para além do ambiente construído e da configuração do espaço em seu nível imediato, as práticas espaciais e o “espaço percebido” (ou entendido) configuram-se a partir de relações sociais que atravessam e mesclam-se ao espaço produzido, que por sua vez dependem de articulações com os níveis espaciais do “espaço concebido” e do “espaço vivido” (Lefebvre, 1974). O espaço concebido diz respeito às pré-configurações dos planos e projetos, que tendem

³ Cujas versão urbana contemporânea é trabalhada por Caldeira (2000), e diz respeito ao espaço social da arquitetura defensiva, excludente e auto-segregadora do condomínio (irregularmente) fechado, dos edifícios-fortificação com muros altos, cercas elétricas e seguranças privados etc.



à imposição de abstrações no espaço concreto e ao predomínio de abordagens tecnocráticas na formulação dos espaços planejados, caso não sejam devidamente compostas por processos democráticos, de participação e, no limite, de autogestão. O espaço vivido diz respeito ao domínio das concepções subjetivas acerca dos espaços que informam práticas cotidianas que lhes dão conteúdo, e é onde a produção e reprodução da cultura (valores, modos de vida) conformam as relações entre espaço e sociedade.

Em sociedades heterônomas, a produção do espaço implica seu controle, e, portanto, uma composição hegemônica de grupos e formas respectivas de controle do espaço, que por sua vez produzem formas diferentes de práticas de adaptação, convivência, sujeição ou resistência a estes controles. As elites que exercem este papel também são conformadas em termos múltiplos, específicos às geografias e suas trajetórias históricas, sendo que esta formação das elites passa pela constituição de suas formas de relação com os espaços ampliados onde exercem sua hegemonia. Estamos tratando aqui de formas coloniais, que se transfiguram historicamente nos tempos de longa duração da descolonização, em formas de colonialidade. Muitas vezes estas são marcadas pela concentração fundiária intensificada, e pela constituição de relações rentistas com o território, que se acoplam a mecanismos de diminuição e manipulação da esfera pública em função de interesses próprios.

Além dos espaços cercados, defensivos e tendendo à militarização, há uma lógica inerentemente expansiva no circuito da colonização, que funciona através da dominação de novos territórios, que são acoplados à atividade extrativa e usados como base para a expansão do domínio na direção de novas regiões. E neste processo de dominação/expansão territorial, a lógica militar de conquista e guarda dos novos espaços incorporados é estruturante, sendo o conceito de território nesta perspectiva paralelo à ideia clássica da geopolítica, vinculada ao domínio militar que assegura uma posterior estruturação de um domínio jurídico.

O espaço originário da trajetória colonial vincula a fortificação à centralidade religiosa e aos territórios da extração – nas matas, sobretudo, num primeiro momento. O pau-brasil era explorado via escambo usando a mão-de-obra indígena, que cortava a madeira e a levava até os navios portugueses, onde podiam trocá-la por quinquilharias diversas (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.32). O ato de extração constitui-se através de modos diversos de obtenção e posterior redirecionamento, para benefício próprio, de recursos materiais e acúmulos de energia de outrem. O caráter intrincado da relação natureza-cultura no contexto pré-colonial é incorporado no processo colonizador através da tentativa de dominação do trabalho requerido para a exploração do meio natural. Deste modo, o “espaço abstrato” da colonialidade, do ponto



de vista indígena, inicia-se no próprio contato, na escravização dos índios, e posteriormente no seu enquadramento numa lógica territorial do espaço recortado em propriedades através de sua segregação em reservas – o que, para muitos grupos cujo *modus operandi* territorial é mais fortemente assentado no seminomadismo, acaba tornando-se uma declaração da impossibilidade da continuação de uma cultura fundada numa determinada relação espaço-sociedade.

O primeiro ponto de inflexão em relação ao extrativismo madeireiro ocorre com a inserção da cana de açúcar em 1532, e sua espacialidade resultante, o *engenho*, espaço da grande fazenda autárquica que rapidamente ocupa a centralidade econômico-política do processo colonial. Era caracterizado, sobretudo após a escravidão negreira, por um grande contingente de mão de obra interno à unidade, sendo a cidade – sede do poder e da religião – completamente subordinada à sua dominação.

O longo percurso histórico de conformação de um contingente de trabalho efetivamente controlado – que, ao contrário da visão de senso comum de que as populações indígenas não teriam sido escravizadas no contexto brasileiro, a escravização dos índios ocorre por muitos anos e persiste de modo mais prolongado em algumas regiões (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 65), apesar da facilidade de fuga em seus próprios territórios e/ou da preferência pela punição ou até mesmo a morte⁴ - é um dos eixos estruturantes da genealogia da colonização brasileira, sendo a passagem à escravização de povos africanos (na década de 1570) um ponto chave na trajetória. A transição na direção da escravidão negreira teria efeitos centrais nos modos de produção do espaço, ao dar origem ao sujeito colonizado que é trazido de fora, que traria suas formas de conexão com o território e a natureza, que por sua vez engendram outras relações de tensionamento, fuga e conflito com os núcleos colonizadores. O elemento sociológico principal na sustentação da escravidão é o racismo, e sua profundidade e alcance na configuração de relações sociais no Brasil somente poderia se reproduzir em tamanha escala com uma forma específica de produção do espaço correspondente – consequência do racismo e ao mesmo tempo condição de sua renovação (segundo a premissa lefebvriana acima). Esta talvez seja a principal persistência dos mecanismos socioespaciais coloniais na produção do espaço presente, sendo a urbanização brasileira não somente marcada pelo racismo, mas

⁴ Além da ação dos jesuítas, que se opunham à escravidão dos indígenas em função de suas tentativas de catequizá-los, e promoviam a escravidão de africanos como alternativa. O próprio Padre Antônio Vieira foi um exemplo desta postura (ALENCASTRO, 1999; BOSI, 2011).



profundamente condicionada por ele, em níveis geográficos que vão do ambiente construído às subjetividades que dão conteúdo fundante aos territórios urbanos.

A cidade é estabelecida como núcleo de comando e controle dos territórios coloniais, sede do poder, da estrutura militar de defesa e controle interno dos espaços incorporados, da religião, e entreposto de direcionamento dos excedentes para as metrópoles. No início, eram espaços de maior intensidade e homogeneidade da presença colonial, portanto de maior contraste com o que permanecia de fora de suas redes. A escravidão de pessoas saqueadas e trazidas de outro continente traria uma primeira dinâmica de inserção do exógeno a estes espaços urbanos, quebrando a dualidade entre o colonial e o natural-indígena com um terceiro elemento que apresentaria desde o início uma tendência inerente à tentativa de fuga, constituindo outro modo de entrada nos territórios, pela busca de espaços de liberdade, sobrevivência e constituição de comunidades por sujeitos originalmente estrangeiros e inicialmente alheios a estes espaços. Somada às frentes de devastação ampliada da Amazônia e do cerrado restante, a perseguição direta às sociedades tradicionais (constituídas pelo indígena que resiste à história colonial, o quilombola em busca por espaços de autonomia, e o camponês resultante de resquícios de ruralidade popular, sendo importantes e significativas as formações híbridas entre essas três matrizes) constitui talvez a principal marca da colonialidade do poder em sua configuração hiper-violenta na conjuntura política atual (em 2021), em que a configuração da ação do Estado não por acaso volta-se frontalmente contra as fortes simbioses sociedade-natureza que caracterizam os grupos tradicionais.

Um formato importante de temporalidade bastante frequente nas trajetórias socioespaciais em contextos múltiplos é o arquétipo temporal do *ciclo*, segmentos de tempo histórico compostos por fases sucessivas de início, desenvolvimento, saturação, declínio e encerramento – geralmente situados em sequências de ciclos entre os quais encontra-se um período de interregno marcado por processos de redefinição, reestruturação, desmonte e reconfiguração, em novas bases, de elementos, estruturas e mecanismos sociais diversos. Os ciclos na história moderna, assim como a própria organização social e política de suas sociedades, são marcados por uma proeminência do elemento econômico, se caracterizando por processos de decolagem, maturação, declínio e encerramento em que a dinâmica econômica tende a ser predominante – por motivos políticos históricos específicos deste longo período histórico da modernidade e da contemporaneidade, e não por se tratar de um aspecto social estruturante inerente às sociedades de modo geral.



Nas periferias do atual sistema-mundo, estes ciclos podem ser caracterizados por *impulsos*, arrancadas abruptas e quase sempre descontinuadas, em que os períodos de decadência entre eles podem se estender nas regiões por tempos históricos prolongados, e onde as reestruturações são muitas vezes violentas e aceleradas, em função do aparecimento de condições (na grande maioria das vezes externas) para o encaixe de determinado local periférico em determinado impulso economicamente expansivo, cujo núcleo duro é situado em centralidades com as quais ele cria novas relações. Este caráter impulsivo e descontinuado dos ciclos de acumulação nas periferias gera consequências expressivas para a produção do espaço nestas localidades.

Em muitas regiões, a crise pode tornar-se permanente, ou perdurar por períodos de longa duração, causando seu esvaziamento parcial combinado ao fortalecimento de oligarquias e formações patrimonialistas posteriormente capazes não somente de sobreviver às ondas de modernização (conservadora), mas de conduzi-las como protagonistas dos processos – como atesta a trajetória de longo prazo do nordeste brasileiro. Trata-se de um processo com consequências importantes do ponto de vista da colonialidade, pois são estas formações sociais que permitem o fortalecimento de hegemonias apesar da crise e que se fortalecem através da reprodução da pobreza, que impedem o surgimento de novas experiências e configurações autônomas. As camadas populares detêm grande capacidade de gestar e inventar estas experimentações de bem viver, mas não necessariamente de fazê-las crescer, justamente em função de sua inserção heterônoma e das relações com os processos oligárquicos de sabotagem, repressão, manipulação e esvaziamento destas rotas de fuga.

A decadência do engenho nordestino também envolve um outro fator relevante na característica dos ciclos nas periferias, que é o fato das crises serem desencadeadas por dinâmicas distantes, que ocorrem frequentemente noutras partes do mundo, afetando os mercados de commodities dos quais as periferias, formadas pela colonização, passam a depender completamente em função da própria colonização.

O fato do próximo ciclo de expansão ocorrer noutra grande região do país e deslocar sua centralidade econômica principal, do nordeste para o sudeste, é importante do ponto de vista da dinâmica regional, pois o retorno do dinamismo ao nordeste só aconteceria com as políticas de desenvolvimento regional em meados do século XX, sendo os impulsos de crescimento gerados pelas pautas exportadoras (como o cacau na Bahia) insuficientes para reverter o quadro de isolamento e periferização.



A descoberta de ouro na região das minas por parte de bandeirantes paulistas ocorre como um subproduto não intencional da verdadeira motivação das bandeiras, que era a procura por indígenas para captura e venda como escravos e por escravos fugidos para os interiores. A mudança do extrativismo do engenho para seu correspondente na mineração aurífera e diamantina gera um efeito geo-histórico significativo, que é a mudança do eixo econômico centrado na ruralidade para as cidades, que se tornam não somente pontos de apoio imprescindíveis às atividades mineradoras, mas, em alguns casos, o próprio lócus da mineração.

A combinação da chegada da primazia da urbanização com o avanço da escravidão, que se consolida como o eixo primordial de operação do trabalho e portanto da produção, faz com que os espaços urbanos da colonização internalizem os enclaves para a escala intraurbana e iniciem uma longa trajetória de segregação e exclusão que seria progressivamente acrescentada por um aparato de vigilância e disciplinamento – e que ganharia escala e intensidade nos períodos de maior avanço da urbanização.

A urbanização envolve a criação de outra modalidade de produção do espaço a partir da presença da escravidão e sua lógica remanescente presente noutros formatos (componentes fundamentais na colonialidade socioespacial presente), além do nexos da rota de fuga quilombola apontado acima, que é a criação de bolsões de populações urbanas subalternas. Ela insere-se, ao final do século XIX, como nova modalidade de territorialização de uma população que vivia há muito – no caso dos grupos livres no período de vigência da escravidão – entre o assentamento em moldes precários (como posseiros, sobretudo nas zonas rurais), e a fluidez territorial, numa prática de seminomadismo diretamente vinculada à precariedade da posse da terra, por sua vez reiteradamente produzida através da violência institucionalizada (na expulsão estatal de comunidades indígenas, quilombolas e camponesas de suas terras) e/ou promovida por agentes privados sem a participação direta do Estado.

A decadência da atividade mineradora na região das minas dá origem ao processo de colonização do interior do atual estado de Minas Gerais em suas diversas (e altamente heterogêneas) regiões, num movimento de ocupação do meio rural e de interiorização do desenvolvimento que leva Monte-Mór (2004) a traçar um paralelo desta trajetória com a inversão de Jane Jacobs (1969) da hipótese clássica da sedentarização e urbanização possibilitadas pela agricultura. Jacobs propõe uma tese de primazia da cidade em que a técnica que permite o surgimento de práticas de cultivo de alimentos em maior escala é, em si, produto do meio urbano adensado anteriormente existente, que dá origem ao meio rural dominado pela atividade agropecuária.



Muitas das cidades originadas desta interiorização da ocupação do território mineiro são consolidadas a partir de quartéis militares, que por sua vez são instalados (já no período do Império) para o controle e o domínio sobre regiões mais ampliadas, frequentemente povoadas por indígenas e quilombolas, massacrados e expulsos de suas terras para dar lugar à profusão da concessão de sesmarias. Considerando que a atividade minerária e de busca por metais preciosos se espalha para muito além da região das minas, na direção de Goiás, Mato Grosso e da Chapada Diamantina, este movimento de interiorização a partir da decadência destas atividades ocorre de forma difusa por porções significativas do Brasil central, dando origem a um padrão de formação do espaço rural cuja fronteira vai sendo progressivamente empurrada até que encontre a Amazônia nas décadas de 1960 e 70. O conteúdo militaresco que advém do modo de ocupação e formação destas regiões do Brasil central é progressivamente mesclado à ruralidade no domínio violento da natureza, cuja sequência nos moldes da formação de um “meio técnico-científico-informacional” (SANTOS, 1988) encontraria, no pós-guerra, a técnica científica voltada para a total dominação do meio natural pela atividade agropecuária. Este encontro culminaria na agroindústria contemporânea e seus modos avançados de produção de um espaço abstrato altamente tecnológico e antinatural em enorme escala.

A ascensão da economia cafeeira no sudeste brasileiro ocorre em áreas situadas ao sul deste nexos de ocupação dos interiores do Brasil central e tem sua origem vinculada a outra forma de ruralidade, aquela constituída pelas propriedades rurais das aristocracias escravocratas do Império no eixo Rio-São Paulo. O ciclo cafeeiro consolida o sudeste como principal eixo econômico do país, e reforça o nexos primário-exportador das vantagens comparativas, da dependência do mercado externo e da exposição a suas intempéries. A expansão vertiginosa do café eventualmente transborda na direção de certo empresariamento, mais intenso na produção urbana das condições para o escoamento e a exportação do que na própria fazenda cafeeira. A reunião destes dois elementos daria origem à industrialização pioneira que ganha maior vulto no estado de São Paulo, mas não sem a ajuda das garantias de preço mínimo advindas da República Velha, que terminam por subsidiar indiretamente o pontapé inicial do ciclo de expansão industrial daquele estado.

A revolução passiva e conservadora do advento da república dá início a um período de importantes transformações na urbanização brasileira, com a construção de Belo Horizonte e as reformas de Pereira Passos no Rio de Janeiro, que representam a entrada de um formato de urbanismo moderno – inspirado nas reformas de Paris pelo Barão de Haussmann entre 1853 e 1870 – que seria rapidamente incorporado pelas técnicas de gestão governamental e



conservadora do território. Este urbanismo seria direcionado também à produção de um espaço público que refletia o ideário da nação que a república buscava construir e adensar em moldes positivistas e autoritários, cujo conteúdo racista é visível no pensamento e nas práticas eugenistas que frequentavam a esfera pública e o debate político daquele período.

O período da Industrialização por Substituição de Importações (*grosso modo* de 1930 a 1980) é composto por um leque de modalidades de governo do desenvolvimentismo, entre os mais explicitamente autoritários e o período em que se ensaiou maior aprofundamento democrático no início da década de 1960. Dentro desta heterogeneidade, a pauta do desenvolvimento nacional baseado no avanço da industrialização é praticamente consensual, fazendo de alguns países latino-americanos, neste período, laboratórios históricos de ideias e práticas desenvolvimentistas, diretamente voltadas à redução da dependência externa.

Este período produziu a consolidação da primazia urbana do espaço social brasileiro, através da industrialização, que faz a cidade crescer e a torna quase completamente sujeita às lógicas industriais de expansão e aceleração de fluxos, transformando a cidade em metrópole e posteriormente urbanizando o próprio território em escalas ampliadas por onde penetram os processos de “urbanização extensiva” (MONTE-MÓR, 2004).

A produção do espaço da metrópole fordista-keynesiana no Brasil é marcada por um nexo da exclusão que opera através da necessidade de se trazer as massas para as áreas urbanas adensadas e de inseri-las como trabalhadores (e eventualmente consumidores) urbanos, mas com formas de restrição do acesso e formação de barreiras combinadas à enorme extensão periférica dos espaços de vida. A precarização destes torna-se ao mesmo tempo condição e efeito do próprio trabalho precário, de baixa remuneração, produzindo processos de “espoliação urbana” (KOWARICK, 1979), que correspondem a uma “urbanização dos baixos salários”, em que a ampla oferta de mão de obra de baixo custo é sustentada pela precarização dos espaços de vida da classe trabalhadora. A combinação da migração em larga escala para os grandes centros metropolitanos com a falta de uma política habitacional inclusiva resulta na tipologia dos espaços urbanos de baixa renda e/ou periféricos contemporâneos, que vai da ocupação mais recente e instável, ainda sob risco de despejo, ao bairro popular consolidado, resultante de loteamentos irregulares e longas trajetórias de luta contra loteadores estelionatários e pelo direito à permanência (HOLSTON, 2013).

A esfera pública – e o espaço público correspondente – partem de um ideário de formação e fortalecimento da nação, que envolve o policiamento dos elementos indesejados, enquadrados como ameaças à ordem e ao próprio país, e que incluem o trabalho organizado em



suas vertentes mais autônomas, disruptivas e aguerridas. A transformação do subalterno em trabalhador urbano omite um pano de fundo em que a questão de gênero vem à tona de forma inseparável da dimensão racial, com a exploração do trabalho feminino não-remunerado nas esferas domésticas e comunitárias, situada no seio da espoliação urbana responsável pelo rebaixamento dos salários dos próprios trabalhadores (muito frequentemente da indústria neste período). A formação do objeto do desenvolvimento, a pobreza urbana e modernizada, ocorre pela via de sua transformação em peça de uma engrenagem social ampliada, e cria uma equivocada percepção de que as saídas emancipatórias são sempre e necessariamente pela via da própria modernização desenvolvimentista. Mesmo em suas vertentes mais distributivas e guiadas pela dimensão da justiça, estes projetos tendem a continuar tratando os sujeitos periféricos como *objetos* do desenvolvimento, peças de um projeto cujo planejamento, quando muito, só envolve uma parcela da classe trabalhadora mobilizada. Nestes regimes, a produção do espaço envolve a construção de uma esfera pública que trabalha a transformação do subalterno (pretensamente desvinculado de raça, etnia, gênero e lugar) em trabalhador, sendo esta transformação acoplada ao controle político e policial do trabalho organizado: quando ele se demonstra capaz de ganhar proeminência na direção de aprofundamentos democráticos, ativam-se as máquinas golpistas.

À guisa de conclusão: elementos para uma cartografia da colonialidade do tempo presente

O controle político e policial da fatia politicamente mobilizada do trabalho é uma peça importante na derrocada recente do ensaio de reativação de elementos desenvolvimentistas no Brasil na conjuntura da década de 2010. Como no início dos anos de 1960, período em que o trabalho organizado toma as rédeas do projeto de desenvolvimento, recorre-se à violência golpista da tomada do poder de forma direta e violenta. É esta crença na potência da proeminência da classe trabalhadora que gera uma forte adesão da maior parte das camadas progressistas ao projeto desenvolvimentista. Sua capacidade de construir uma esfera pública radicalmente democrática – capaz de transformar as instituições em seus pilares, na direção de uma descolonização da própria infraestrutura estatal que sustenta os regimes de propriedade, de policiamento e tantos outros condicionantes estruturais da colonialidade do poder – não foi de fato colocada ao devido teste, em função de sua incapacidade de vencer o sistema de freios e bloqueios ao aprofundamento democrático que são violentamente acionados quando estes passos são ensaiados.



O poder sobre a produção do espaço envolve também a capacidade de controlar e transformar a situação socioespacial dos grupos subsumidos/subalternos e de seus sujeitos governados, o que muitas vezes é exercido através do direcionamento de fluxos de pessoas e objetos para espaços que funcionam como *áreas de despejo*⁵ no mosaico de territórios geridos por esta composição de poder resultante da inércia do colonialismo - processo cujo núcleo estruturante é ocupado pela dimensão étnico-racial, na maioria das vezes (mas nem sempre) de mãos dadas com o eixo classista.

Além do enclave separado, defendido e fortificado, e das áreas externas que ele passa a governar e explorar, surge aqui um outro tipo socioespacial, que é o local de concentração, através da exclusão, de elementos indesejáveis diversos, também em forte simbiose sociedade-natureza, reunindo sujeitos indesejados com o descarte material, a poluição e a devastação do meio natural, que vão crescendo progressivamente, com o próprio crescimento econômico que constitui o metabolismo de longo prazo da lógica extrativista. E é claro, a correlação entre estes locais de despejo e a dimensão racial é direta e forte. Pulido (2016), ao analisar o “capitalismo racial” (que corresponde ao capitalismo como um todo, em seus pilares raciais/racistas), trata de uma diferenciação interligada ao caráter relacional intrínseco à produção de valor, sendo os “sistemas de trabalho racializados” fundamentais nas trajetórias históricas de conformação das ligações entre racismo e produção capitalista, onde corpos racialmente desvalorizados funcionam da mesma forma que os “lugares onde a poluição pode ser depositada”, requisitados pela acumulação industrial (PULIDO, 2016, p. 5-6).

Estes territórios do descarte correspondem ao espaço da vida do subalterno que entra num tensionamento entre sua constituição como sujeito criminalizável, exterminável e descartável (num nexa *necropolítico*, como em Mbembe (2016), por exemplo), e sua inclusão heterônoma via consumo e dívida, combinada a outras formas de exploração e despossessão/espoliação. O próprio massacre de jovens negros pelas forças policiais num contexto como o da periferia da metrópole brasileira, que incorpora uma *necropolítica* como em Mbembe de forma direta, também perpassa uma série de relações de exploração inseridas na operação de circuitos de ilegalidade altamente lucrativos e que envolve uma complementaridade entre exploração (de mão de obra “eliminável”) e necropolítica.

Trazer este esforço de análise para o período contemporâneo, marcado pela vigência de modos neoliberais de produção do espaço e das governamentalidades que os sustentam, é tarefa

⁵ Para uma leitura contemporânea de Carolina Maria de Jesus (“a favela é o quarto de despejo da cidade”), focada na questão racial urbana no Brasil, vide Pereira (2015).



para trabalhos subsequentes. Adianta-se que há uma re-intensificação da colonialidade do poder: no retorno à primazia do nexo primário-exportador; na reconfiguração de formas de exploração de mão de obra em padrões anteriores à conformação histórica dos direitos trabalhistas (possibilitando relações capital-trabalho diretas, e por fora do regime de direitos, entre capitais do norte e trabalho reproduzido nas periferias urbanas do sul do mundo, no capitalismo de plataformas, por exemplo), com fortes correlações entre raça e níveis de precariedade das condições de vida da mão de obra ativada nestes agenciamentos; na intensificação da ação da polícia nos territórios que sofrem mais diretamente o efeito da exposição aumentada ao risco implicada na centralização de soluções coletivas no mercado (Wacquant (2001[1999]) traça relações entre aumento do encarceramento e avanço do neoliberalismo no contexto norte-americano); nos processos de *expulsão* (SASSEN, 2014) de grandes contingentes populacionais dos regimes de direitos, da natureza, da terra e dos próprios sistemas econômicos; dentre outros.

Uma questão fundamental para a cartografia das densidades de possibilidades de ação e dos embriões de resistência e autonomia diante do recrudescimento autoritário da colonialidade neoliberal, com importantes potenciais para esta agenda de pesquisa: onde, como e através de quem se constitui o *comum* (Tonucci, Magalhães, 2017)? Na interseccionalidade, certamente. Mas também de forma ampla nas experiências autônomas de construção do bem viver, situadas nas lutas contra as expulsões, nos interstícios, nas brechas, nos espaços do isolamento e do descarte - apesar da violência cotidiana, resistindo a ela, negando ativamente sua generalização.

Referências

- ALENCASTRO, Luiz Felipe. Carta aberta a Manoel de Oliveira. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 12 de dezembro de 1999. Caderno MAIS!, s.p.
- BOSI, Alfredo. (2011). *Essencial Padre Antônio Vieira*. São Paulo: Penguin Companhia.
- CALDEIRA, Teresa. (2000). *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Edusp.
- GUDYNAS, Eduardo. (2010) Si eres tan progresista por qué destruyes la naturaleza? Neoextractivismo, izquierda y alternativas. *Ecuador debate*, n. 79, 61-81. CAAP: Quito.
- _____. (2015) Extractivismos: ecología, economía y política de un modo de entender el desarrollo y la naturaleza. Cochabamba: CEDIB.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio (2016[2009]). *Bem-estar comum*. Rio de Janeiro: Record.
- HOLSTON, James. *Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras.



- JACOBS, Jane. (1969). *The economy of cities*. Middlesex: Penguin Books.
- KOWARICK, Lúcio. (1979). *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- LEFEBVRE, Henri. (1973). *La survie du capitalisme: la reproduction des rapports de production*. Paris: Anthropos.
- _____. (1974). *La production de l'espace*. Paris: Anthropos.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. (1990[1962]). *O pensamento selvagem*. Campinas: Papiрус.
- MBEMBE, Achille. (2016). Necropolítica. *Arte & Ensaios* (UFRJ), 32.
- MIGNOLO, Walter. (2010). La colonialidad: cara oculta de la modernidad. In: MIGNOLO, W. (org.) *Desobediencia epistémica*. Buenos Aires: Ediciones del Signo.
- MONTE-MÓR, R.L. (2004). *Modernities in the jungle: extended urbanization in the Brazilian Amazonia*. Tese (PhD, Planejamento Urbano) – University of California at Los Angeles, Los Angeles, EUA.
- PERRONE-MOISÉS, B; SZTUTMAN, R. (2010). Notícias de uma certa confederação Tamoio. *Mana*, 16(2), <https://doi.org/10.1590/S0104-93132010000200007>.
- PULIDO, Laura. (2016). Geographies and Race and Ethnicity II: Environmental Racism and Racial Capitalism. *Progress in Human Geography*, 41 (4): 524-533.
- QUIJANO, Aníbal. (1992). Colonialidad y modernidad/racionalidad. *Perú Indígena*, 13(29), 11-20.
- _____. (2007) La colonialidad del poder y la clasificación social. In: CASTRO, S.; GROSGOUEL, R. (orgs.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores.
- PEREIRA, Gabriela L. (Gaia). (2015). *Corpo, discurso e território: a cidade em disputa nas dobras da narrativa de Carolina Maria de Jesus*. Tese (Doutorado, Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- RIBEIRO, Darcy (1995). *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras.
- SAHLINS, Marshall (1990[1976]). *Ilhas de História*. São Paulo: Cia. das Letras.
- SANTOS, Milton. *O trabalho do geógrafo no terceiro mundo*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- _____. (1988). O meio técnico-científico e a urbanização no Brasil. *Espaço e Debates*, 8(25), p. 58-62.
- SASSEN, Saskia. (2016[2014]). *Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global*. São Paulo: Paz & Terra.
- SCHWARCZ, L.; STARLING, H. (2015). *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Cia. das Letras.
- TONUCCI, J.; MAGALHÃES, FNC. (2017). A metrópole entre o neoliberalismo e o comum: disputas e alternativas na produção contemporânea do espaço. *Cadernos Metrópole*, 19(39).
- WACQUANT, Loïc. (2001[1999]). *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Zahar.